

Mais força à **CDU**

PCP-PEV



Andar para trás não

# *Avançar*

*por um Distrito com Futuro!*

## Compromisso eleitoral da CDU

para o

## Distrito de Castelo Branco



# ÍNDICE

Nota de abertura .....	3
Avançar por um distrito com futuro!.....	4
Dinamização e crescimento económico .....	6
Na agricultura e na floresta .....	7
No comércio e indústria .....	7
No investimento público.....	8
Valorização do trabalho e dos trabalhadores.....	9
Defesa do pleno emprego e de trabalho com direitos .....	10
Valorização dos salários .....	11
Combate à desregulação dos horários .....	11
Estabilidade e segurança no emprego.....	11
Melhorar as condições de trabalho .....	12
Defender e efectivar o direito de negociação colectiva.....	13
Formação e qualificação profissional adequadas e competentes.....	13
Ambiente e qualidade de vida.....	14
Serviços Públicos, Funções Sociais Do Estado .....	15
Educação .....	16
Saúde .....	17
Protecção social.....	18
Justiça.....	19
Cultura e Desporto .....	19
Concretizar os direitos das mulheres, na lei e na vida.....	21
Futuro para A Juventude .....	21
Nota Final .....	22
Medidas Urgentes Para O Distrito .....	23

## Nota de abertura

As eleições de 6 de Outubro são para eleger deputados e não para eleger primeiros-ministros.

É por isso que cada deputado eleito pela CDU conta para defender avanços e conquistas, deputados que honram a palavra dada. Quanto mais deputados a CDU eleger mais o País e a vida de cada um avançará.

O que se conquistou nestes últimos anos na melhoria da vida dos trabalhadores e do povo foi por intervenção decisiva da CDU.

O que se avançou teve importância. Mas foi insuficiente e aquém do que era necessário e possível. Só não se avançou mais porque o PS não deixou, porque o PS mantém presente na sua governação opções essenciais da política de direita.

A opção é a de *Avançar* no que é preciso fazer pelos direitos dos trabalhadores e do povo, dando mais força à CDU, ou andar para trás no que se repôs e conquistou, como em muitas outras matérias.

**Dia 6 de Outubro é da vida e do futuro de cada um que se decide, dos seus salários, das suas reformas, do seu direito a constituir família e a ter uma vida digna.**

A última legislatura decorreu numa fase da vida política nacional marcada pela correlação de forças na Assembleia da República resultante das eleições de 4 de Outubro de 2015, que permitiu a governação do país por um governo minoritário do Partido Socialista.

A evolução da situação política está marcada pela contradição de fundo entre os elementos positivos que, pela luta dos trabalhadores e do povo e pela intervenção do PCP e do PEV, foram conseguidos na defesa, reposição e conquista de direitos, e os problemas estruturais causados pela política de direita e pelos constrangimentos externos a que o Governo do PS continua a amarrar o País, impedindo o seu desenvolvimento soberano.

Trata-se de uma contradição que só se resolverá com a luta e com o reforço da CDU, avançando na defesa, reposição e conquista de direitos, rompendo com a política de direita e abrindo caminho à concretização de uma política patriótica e de esquerda. A política de direita agravou dependências, destruiu capacidade produtiva, fragilizou o País em múltiplas dimensões. Os baixos salários, reformas e pensões, a exploração, e o ataque aos direitos dos trabalhadores, o desemprego e o trabalho precário, a degradação e extinção dos serviços públicos, os fracos apoios à produção cultural e ao movimento associativo, as limitações legislativas e financeiras impostas ao poder local democrático, incluindo a extinção de freguesias são disso exemplo.

A defesa e a criação de emprego com direitos são essenciais ao desenvolvimento da nossa região. No entanto estes, só por si, não são solução, já que o problema central, quase único, que leva ao despovoamento deste território com a saída da sua população mais qualificadas e dinâmica que é a juventude, é o baixo rendimento das pessoas, desde logo dos trabalhadores e o alto custo da mobilidade. Note-se que, pese embora o aspecto positivo, embora insuficiente, do aumento do Salário Mínimo Nacional, a remuneração base média mensal bruta dos trabalhadores por conta de outrem do distrito é de pouco mais de 700 euros (a maioria ganha o SMN), a terceira mais baixa do Continente (atrás está Bragança e a Guarda). Aqui

radica a razão para o poder de compra per-capita da nossa região ser muito inferior à média nacional. Aqui, os trabalhadores empobrecem a trabalhar. Aqui, está a causa e o efeito para o despovoamento e a constante saída de população jovem para o estrangeiro e para o litoral e é aqui que temos de agir e intervir com rapidez.

## **Avançar por um distrito com futuro!**

Para se poder definir uma política coerente e verdadeiramente de esquerda é necessário fazer um diagnóstico com verdade e a verdade é que, tendo-se aliviado a depressão económica e social, o distrito não viu ainda resolvidos os problemas crónicos com que a população já se deparava. O definhamento, o despovoamento, a desertificação e o abandono do distrito estão traduzidos em números cruéis já que por detrás de cada um deles há pessoas que sofrem e são lançados na miséria e na exclusão, pois:

- **As insolvências e dissolução de empresas continuam** e, apesar de se ter registado um aumento do número de empresas criadas, estamos ainda longe dos níveis que já tivemos. Importa reter que, no último ano, no país o número de insolvências diminuiu e o nascimento de empresas aumentou com saldo positivo, na região essa situação não se verificou.

- **A perda de população é contínua e alarmante** com níveis superiores ao que acontece no país. Entre 2011 e 2016, a diminuição da população foi mais acentuada no distrito do que na média do país. Note-se que a perda é contínua e dramática: - em 2016, o distrito tinha 183.114 habitantes, em 2001 eram 208.063 habitantes. Nos censos de 2011, o distrito já tinha perdido 11.799 habitantes e entre 2011 a 2016 perdeu mais 13.150 habitantes (em apenas 15 anos perdeu 31.309 habitantes e de 1960 a 2016 perdeu 133.422 habitantes, 42% da sua população). Estes são dados que nos dão a percepção do caminho que o Distrito tem levado: falta de emprego, destruição dos existentes, instabilidade, despovoamento e desertificação.

- **O PIB distrital tem vindo a diminuir** e o **PIB per-capita** é inferior à média nacional, já que o distrito aumentou o seu afastamento face à média nacional.

- **Temos menos emprego que em 2009**, já que, em apenas 10 anos, o distrito perdeu cerca de 7100 postos de trabalho no sector privado e todos os sectores apresentam hoje maiores quebras de emprego face a 2007, o que acontece também com o emprego na Administração Pública Central e Local. No entanto, a partir de 2014, o emprego começou a recuperar, começando a inverter a tendência de destruição verificada desde 2009. Em 2016, existiam 36 mil trabalhadores assalariados no sector privado do distrito, menos 6,6 mil que em 2007 (o ano com mais emprego desde 1999). A distribuição do emprego era a seguinte: 60,2% trabalhavam nos serviços, 36% na indústria, construção, electricidade, gás, água, resíduos e saneamento, e 3,9% na agricultura. Face a 2007, houve um reforço dos serviços em detrimento dos outros dois grandes sectores, embora qualquer dos sectores tivesse perdido trabalhadores. Além

da recuperação do emprego desde 2014, também o volume de negócios das empresas começou a recuperar nesse ano, tal como o número de empresas. As exportações também começaram a recuperar nesse ano. No entanto, as importações também. Ainda assim, em 2015 havia um excedente comercial no distrito no valor de 137,6 milhões de euros.

**- A precariedade do emprego é elevada e está em crescimento.** A precariedade no sector privado e no sector empresarial do Estado no distrito de Castelo Branco era de 27% em 2015 (Em 2010 a precariedade era de 21%) e atingia em particular os jovens (45% dos trabalhadores com menos de 35 anos têm contractos a termo), representando estes mais de metade do total dos trabalhadores com contractos precários no distrito. Entre os 18 e os 24 anos este tipo de vínculo atinge 71%. A agricultura e os serviços são os sectores onde a precariedade é maior. Acresce que no distrito, como no país, os novos contractos celebrados são maioritariamente precários e a regularização de precários na administração pública decorre lenta, lentamente e não está a abranger todas as situações.

A CDU considera que não há desenvolvimento da nossa região sem investimento público e privado e não há um sector de serviços moderno e dinâmico sem um sector produtivo industrial, tecnológico, agrícola e florestal desenvolvido e competitivo. É urgente revitalizar o aparelho produtivo, diversificar as actividades económicas, promover o turismo e valorizar o património histórico e ambiental e modernizar e revitalizar o mundo rural e isto tem de servir para dignificar o trabalho e melhorar as condições de vida e trabalho da população e implica reforçar a formação e qualificação profissional. Mas o desenvolvimento não pode ser só economia, tem de responder aos desafios do défice demográfico, à exigência de melhor saúde, de mais protecção social e de melhor educação e de mais cultura para todos. Por outro lado, o desenvolvimento do Interior não pode passar ao lado das questões da reabilitação urbana, não só das cidades, mas também das suas vilas, aldeias e lugares e claro que não pode dispensar a construção das infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias, nomeadamente:

- A construção das ligações de Idanha-a-Nova e Penamacor à A23;
- A construção do IC31 - Castelo Branco-Monfortinho e a Via da Raia;
- A Construção do IC6 até Coimbra;
- A requalificação das estradas municipais e intermunicipais;
- O alargamento ao Interior da política de passes sociais em curso nas áreas metropolitanas.

E quanto à requalificação e electrificação da via-férrea entre a Covilhã e a Guarda em curso, mas com atrasos significativos, é necessária a implementação de ligações ferroviárias regulares entre Guarda-Belmonte-Covilhã-Fundão-Castelo Branco, com horários adequados às necessidades de mobilidade profissional e de outras.

Estas medidas são urgentes e o papel do Poder Local é fundamental, mas uma política para o Interior não se faz com espírito de capelinha e guerrilhas

bairristas e também não se faz com falsas, perversas e manhosas descentralizações de competências em áreas tão estratégicas como a educação e a saúde, a cultura, a acção social, pelo que a CDU bater-se-á pela revogação dos diplomas que impõem essa transferência de competências a partir de 2021 sem que os órgãos deliberativos das autarquias possam recusá-las. A solução para o Interior passa por uma efectiva descentralização, pelo que a CDU defenderá a reposição das freguesias que corresponda à vontade das populações e lutará pela concretização da Regionalização, tal como a Constituição da República consagra.

**A CDU no distrito de Castelo Branco apresenta-se aos trabalhadores e população com o presente compromisso eleitoral que traduz as reais expectativas e as necessidades do Distrito, para a construção de um distrito mais forte e sustentável, para que Portugal seja socialmente e territorialmente mais coeso e para que a vida dos trabalhadores e do povo seja melhor.**

## **Dinamização e crescimento económico**

O crescimento e desenvolvimento económico têm que ter nos seus objectivos o pleno emprego, o crescimento económico e o desenvolvimento da produção nacional.

O desenvolvimento e defesa da produção nacional e a superação dos principais défices estruturais precisam de ter suporte na valorização e expansão dos sectores produtivos, na reindustrialização, no apoio necessário às mpme e na consideração da agricultura, pecuária, florestas como produções estratégicas, exigindo:

- A dinamização dos investimentos público e privado e das acções de investigação associadas à produção, particularmente em sectores de forte conteúdo tecnológico e valor acrescentado, visando a alteração do actual perfil de especialização da economia, nomeadamente pelo reforço na inovação, investigação e desenvolvimento tecnológico, na qualificação dos produtos, na organização empresarial, na formação, na superação de outros défices estruturais, designadamente na energia, ciência e tecnologia (design industrial e desenvolvimento) e nos transportes e logística, e pela reorientação do investimento directo estrangeiro.
- Uma política industrial com objectivos estratégicos claros, meios disponíveis e um programa que entre outros, continue a modernização das indústrias tradicionais como a têxtil e lanifícios ou a alimentar com subida relevante na cadeia de valor, com o aproveitamento e valorização dos recursos endógenos do solo e subsolo (geológicos, florestais, agrícolas, aquacultura e energéticos) com potencialidades na região; reforce as indústrias de alta tecnologia, a componente de investigação e desenvolvimento na indústria, com a atenção necessária ao contributo da produção de conhecimento e investigação da UBI e IPCB.

- Incentivos à inovação e à modernização ao nível tecnológico e organizacional, do produto e da comercialização.

### **Na agricultura e na floresta**

- Ordenar e gerir a floresta, incluindo o risco de incêndio, enquanto suporte de múltiplas actividades produtivas e de lazer, tornando este recurso central na estratégia de desenvolvimento da zona do Pinhal e salvaguardando o respeito pela pequena propriedade;
- Criar o regadio a sul da Gardunha;
- Adequar o regadio da cova da beira à nova realidade fundiária;
- Reabertura e modernização do laboratório de Alcains;
- Criação de um programa destinado à modernização e dinamização das praças e mercados municipais;
- Criação de um banco público de sementes regionais;
- Criar condições para efectivar denominação/denominações de origem que potenciem, valorizem e dinamizem a produção local nos diversos domínios;
- Apoio ao associativismo agrícola e florestal nomeadamente no aconselhamento e investigação agrária;
- Reforçar os serviços do Ministério da Agricultura e Pescas junto dos agricultores;
- Estabelecer uma quota mínima de produtos agrícolas da região a consumir pelos diversos serviços públicos e outros beneficiários (escolas, estabelecimentos prisionais, creches, lares.);
- Desburocratizar o processo de certificação de produtos agrícolas e florestais;
- Mais e melhor formação profissional (adequada) aos agricultores;
- Implementação do estatuto específico da agricultura familiar.

### **No comércio e indústria**

- Apoiar a diversos níveis a rede de micro, pequenas e médias empresas do distrito e a sua modernização e qualificação, bem como a sua discriminação positiva pelas políticas públicas, nomeadamente nas áreas do têxtil, vestuários e lanifícios, da metalomecânica, do agro-alimentar e no comércio e serviços de proximidade à população e empresas;

Assim, defendemos: - prioridade no acesso transparente e simples aos dinheiros do Portugal 2030, criando uma linha específica para o Interior do País e a fixação de um volume garantido de fundos (50%) dos destinados, a incentivos empresariais; uma carga fiscal conforme os seus rendimentos e condições estruturais; redução do número e dos custos de taxas e tarifas; redução dos preços da energia, comunicações e telecomunicações, seguros e outros factores de produção; alteração do arrendamento comercial, garantindo segurança e estabilidade; uma política de crédito com instrumentos financeiros e condições (garantias, spreads, comissões) para capitalização, investimento ou tesouraria ajustados às pequenas empresas; intervenção da Autoridade da

Concorrência contra práticas violadoras da concorrência, o abuso dos grandes grupos económicos; pagamento, nos prazos definidos por lei, das dívidas do Estado; nova legislação para o ordenamento comercial e a regulação do mercado retalhista; concretização do apoio social para pequenos empresários com encerramento forçado das empresas; uma “entidade específica” no Ministério da Economia como interlocutor privilegiado, o tratamento não discriminatório das estruturas do associativismo dos pequenos empresários e a audição obrigatória das suas associações.

- Promover o turismo, valorizar e salvaguardar o património histórico, natural, cultural e ambiental, bem como os produtos regionais, numa perspectiva integrada, de qualidade, ambientalmente sustentável e acessível a todos;
- Apoiar o desenvolvimento e transferência de tecnologias de elevada eco-eficiência energética;
- Coordenar a gestão equilibrada e racional dos programas e fundos comunitários e nacionais, implicando a sua efectiva descentralização e regionalização;
- Promover a aposta nas energias renováveis apoiando projectos-piloto de exploração de biomassa, vento, sol e água, quer para a utilização no sector produtivo, quer na utilização doméstica salvaguardando os recursos naturais e ambientais;
- O estabelecimento de um regime de preços máximos nos combustíveis líquidos e gasosos e electricidade e o reforço dos regimes de energia bonificada (verde) para algumas actividades. Reversão da taxa do IVA para 6% na electricidade, gás natural e de botija.
- Promover políticas de financiamento (crédito, orçamentais e outras) que favoreçam o investimento produtivo e a produção de bens transaccionáveis, o aumento da produtividade e competitividade dos sectores tradicionais e o apoio a novos sectores onde há potencialidades; promover o investimento público necessário à concretização das infraestruturas de que o Distrito necessita.
- Alargamento do âmbito do IVA de caixa para as micro, pequenas e médias empresas (MPME), assim como uma taxa de 12,5% para lucros inferiores a 15 mil euros e para MPME em regime de interioridade; criação de um cabaz mais alargado de bens essenciais taxados a 6% no IVA.

## **No investimento público**

Que permita:

- Requalificar o tecido urbano, apoiando a reconstrução dos imóveis degradados nos centros das cidades e vilas do distrito, garantindo apoios financeiros com períodos de carência e taxa de juro reduzida;
- Dotar o distrito das condições e infra-estruturas necessárias ao crescimento da sua capacidade económica e à melhoria da qualidade de vida da população, nomeadamente:
  - Abolição das portagens nas ex-scut: A23 e A25.



- Criação de rede multimodal de transportes colectivos públicos inter e intra-concelhios, ambientalmente sustentáveis, adequando-os às necessidades das populações e do sector empresarial;
- Investindo na rede ferroviária, com a conclusão da electrificação da Linha da Beira Baixa, potenciando a ligação deste importante eixo de ligação Espanha, Centro, Sul e dentro do próprio distrito com a ligação Guarda, Belmonte, Covilhã, Fundão, Castelo Branco e VV Ródão.
- Investindo na rede viária - construindo as ligações de Idanha e Penamacor à A23; construindo o IC31 - Castelo Branco-Monfortinho e da via Raia; construção do IC6 com túnel de Alvoaça sem portagens; requalificando as estradas municipais e intermunicipais.
- Defendendo as bacias do Zêzere, Ocreza e Ponsul e promovendo a sua despoluição;
- Promovendo a construção de uma rede de heliportos de pequena dimensão e polivalentes com possibilidades de utilização no turismo, na evacuação médica, no apoio ao combate dos fogos florestais;
- Dotando os agentes de protecção civil com meios suficientes de modo a prevenir riscos colectivos ligados a situações de acidentes graves ou catástrofes, de atenuar os seus efeitos, proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando essas situações ocorram.
- Realizando trabalhos preventivos e respectiva monitorização das vias que constituem perigosidade devido à inclinação das suas vertentes onde o risco de queda de pedras e desmoronamentos é elevado.
- Potenciando o aproveitamento dos nossos recursos naturais salvaguardando sempre os aspectos ambientais e sociais envolvidos.

## **Valorização do trabalho e dos trabalhadores**

Com a nova correlação de forças no parlamento foram implementadas medidas que levaram à recuperação de rendimentos e direitos: aumento, ainda que insuficiente, do salário mínimo; recuperação dos 4 feriados roubados; reposição das 35h para os trabalhadores da Administração pública a quem tinham sido roubadas; eliminação da sobretaxa do IRS; gratuidade dos manuais escolares; redução do valor das taxas moderadoras; descongelamento das progressões e promoções nas carreiras; pagamento do trabalho extraordinário e suplementar; pagamento dos subsídios de férias e Natal no momento devido; aumento extraordinário das pensões; redução do IRS para os escalões de baixos rendimentos, entre outras. Estes e outros avanços só foram possíveis porque a CDU e o PCP desenvolveram uma acção insistente e persistente nas instituições e fora delas, e porque os trabalhadores não deixaram de lutar. Essa intervenção e luta forçaram outras políticas e opções que permitiram melhores indicadores económicos e sociais – crescimento económico, criação de emprego, redução do desemprego, dinamização da procura interna, melhoria da balança comercial – confirmando que a reposição de direitos, a devolução e aumento de salários e rendimentos, além do seu impacto positivo no plano social, são um factor essencial de progresso económico. Por isso, a valorização do trabalho e dos trabalhadores é um eixo essencial de uma política alternativa, objecto e condição do

desenvolvimento e do progresso social. A sua concretização pressupõe e exige:

### **Defesa do pleno emprego e de trabalho com direitos**

- A dinamização do investimento público e privado como condição de um crescimento e desenvolvimento económico sustentado que aposte nos sectores produtivos, garanta a criação de postos de trabalho estáveis e com direitos, assegure o alargamento dos serviços à população, com qualidade, e promova a valorização do sector social e cooperativo;
- A prevenção e travagem da destruição de postos de trabalho: combatendo as privatizações, encerramentos e deslocalizações; promovendo uma programação adequada e atempada das reorganizações e reestruturações do tecido produtivo (designadamente através de novos investimentos, nomeadamente nas zonas e sectores críticos, da diversificação da actividade e de uma gestão preventiva, com formação, orientação e reconversão profissionais); estimulando a intervenção e participação das estruturas representativas dos trabalhadores; prevenindo situações de má gestão e de gestão ruinosa; combatendo a substituição de trabalho permanente por trabalho temporário; apoiando as micro, pequenas e médias empresas;
- O combate aos despedimentos, com legislação laboral dissuasora e aplicação eficaz, designadamente através da revogação das medidas que têm como finalidade facilitar os despedimentos; acompanhamento efectivo, por parte do Estado, dos processos de insolvência e por via de verdadeiros planos de recuperação das empresas; uma política de defesa das funções sociais do Estado e que ponha termo à redução de trabalhadores da Administração Pública, seja proibindo os despedimentos, seja revogando as medidas que impõem a não renovação dos contractos e, também, as limitações impostas à contratação.
- Uma política de emprego para todos, tendo em conta o ciclo de vida que exige o combate ao desemprego de longa duração, incluindo programas de emprego e de formação ajustados às condições e qualificações dos desempregados e o desenvolvimento de programas de emprego e de formação, de modo a inserir, no trabalho, grupos com necessidades específicas, como as pessoas com deficiência e outros grupos com dificuldades de inserção.
- A cobertura de todos os desempregados por prestações de desemprego, através da melhoria das condições de acesso, revogando normas restritivas impostas em nome da chamada «austeridade», e do alargamento do subsídio social de desemprego.
- O respeito pelos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores, exigindo desde logo a revogação das normas gravosas do Código de Trabalho que o PS manteve e aprofundou com o apoio do PSD e do CDS.

## **Valorização dos salários**

- A subida do salário mínimo nacional para os 850 euros e a evolução progressiva anual de todos os salários para responder às necessidades básicas dos trabalhadores e suas famílias;
- O fim da política de contenção salarial e a efectiva negociação de salários dignos e justos na Administração Pública e Sector Público bem como o descongelamento das progressões salariais e profissionais;
- A diminuição da carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho-reduzindo de forma significativa a tributação dos baixos e médios rendimentos e a redução das taxas contributivas.

## **Combate à desregulação dos horários**

A redução do horário de trabalho para as 35 horas semanais, para todos os trabalhadores é essencial à humanização das relações laborais, à promoção da conciliação entre a vida pessoal, família e profissional, à criação de postos de trabalho e à melhoria da produtividade, pelo que é necessário:

- O combate à desregulação do horário de trabalho, o respeito pelos seus limites diários e semanais, a garantia de dois dias de descanso semanal e a revogação das normas que instituem sistemas de bancos de horas e de adaptabilidade, grupal ou individual, e o combate ao prolongamento da jornada diária com o abuso do trabalho extraordinário, muitas vezes não remunerado;
- A aplicação do horário de 35 horas semanais na Administração Pública todos os trabalhadores sem excepção.
- A redução progressiva dos horários de trabalho para as 35 horas semanais, sem perda de remuneração nem de outros direitos, no sector privado, vital para criar postos de trabalho e combater o desemprego;
- A melhoria legal do trabalho em regime de turnos e trabalho nocturno, atendendo aos seus riscos para a saúde dos trabalhadores.

## **Estabilidade e segurança no emprego**

O combate à precariedade do emprego, de acordo com o princípio de que a um posto de trabalho permanente deve corresponder um contracto de trabalho efectivo o que pressupõe:

- a criação de um Programa de Combate à Precariedade e ao Trabalho Ilegal;
- a passagem a efectivos dos trabalhadores com contractos de trabalho com vínculos precários ou falsos “recibos verdes” que ocupam postos de trabalho de natureza permanente;
- a proibição de contratação de trabalhadores a termo através de agências de trabalho temporário para aqueles postos de trabalho;

- adoptar medidas que impeçam que as políticas activas de emprego não sejam utilizadas para promover empregos precários;
- A revogação da norma do Código do Trabalho que discrimina os jovens à procura do primeiro emprego e os desempregados de longa duração, ao admitir que possam ser contratados a prazo para postos de trabalho permanentes e que possam ver alargado o período experimental para 180 dias, bem como em outras situações previstas em legislação especial de política de emprego e a alteração de todas as medidas de emprego que promovem a precariedade;
- O reforço da fiscalização do cumprimento das normas de trabalho, combatendo o uso abusivo e ilegal de contractos a termo e dos falsos recibos verdes, bem como o combate ao trabalho temporário, o trabalho subdeclarado e não declarado, o abuso e a ilegalidade na utilização de medidas de emprego, como os estágios e os contractos emprego-inserção, para a substituição de trabalhadores;
- A limitação dos contractos de trabalho de duração determinada a necessidades temporárias, devidamente comprovadas.
- A adopção de medidas de combate ao trabalho temporário e externalização de serviços que garantam que quem beneficia do trabalho tem de assumir o vínculo laboral e todos os deveres inerentes.
- A regularização da situação dos trabalhadores com falsa prestação de serviços: falso trabalho independente, falsos recibos verdes e falsas bolsas de investigação científica;
- O fim do regime da chamada requalificação/mobilidade especial e o recurso a políticas de mobilidade interna que permitam suprir as faltas de pessoal que se verificam nalguns sectores;
- O combate ao trabalho clandestino, às redes que exploram imigrantes e a legalização do seu trabalho, assegurando a igualdade de tratamento e o respeito pelos direitos laborais e sociais.

### **Melhorar as condições de trabalho**

- Medidas de reforço da qualificação profissional, incluindo a concretização do direito à formação contínua nos locais de trabalho, com respeito pela norma das 35 horas anuais obrigatórias de formação e a elaboração de planos de formação nas empresas com a participação dos trabalhadores.
- Adopção de uma estratégia nacional de segurança e saúde no trabalho, que assegure, designadamente:
  - A criação e funcionamento dos serviços de segurança e saúde nos locais de trabalho; a elaboração de planos de acção e prevenção focados nos postos de trabalho, com objectivos (incluindo a nível de empresa), a atingir nos domínios da prevenção e redução da sinistralidade laboral e das doenças profissionais, a avaliação dos riscos e medidas específicas relativas à precariedade do trabalho e ao trabalho não declarado; a valorização do papel da ACT; e o controlo e fiscalização das empresas de serviços externos de segurança e saúde no trabalho;

- Uma acção global e integrada ao nível da Prevenção, Reparação, Reabilitação e Reinserção que assegure os direitos dos trabalhadores sinistrados, o que passa por alterar o conceito de reparação dos acidentes de trabalho e doenças profissionais;
- A melhoria das condições de trabalho e a adaptação de postos de trabalho, quando necessário, segundo o princípio da adaptação do trabalho ao ser humano, tendo em conta os vários factores ergonómicos.

### **Defender e efectivar o direito de negociação colectiva**

A contratação colectiva, alvo de uma continuada ofensiva, constitui um importante instrumento de consagração de direitos que importa dinamizar. Uma política de valorização da contratação colectiva, implica:

- A promoção da contratação colectiva, reconhecendo o seu papel insubstituível enquanto fonte de consagração de direitos e instrumento de desenvolvimento e progresso social;
- Repor o direito fundamental de negociação e contratação colectiva, em conformidade com a Constituição e as normas da OIT, o que exige que sejam revogadas as normas relativas à caducidade das convenções.
- O fim dos bloqueios à negociação colectiva, incluindo o cumprimento do direito de negociação colectiva na Administração Pública, assim como a publicação das portarias de extensão;
- Assegurar o trabalho com direitos. Repor os direitos postos em causa pelo Código de Trabalho e pela legislação laboral da Administração Pública.
- Assegurar os direitos das organizações de trabalhadores, pelo reforço e garantia do efectivo exercício dos direitos sindicais e do direito à greve.
- Garantir a igualdade no trabalho e o combate a todas as formas de discriminação;
- Garantir a efectividade das normas de trabalho, legais e contratuais, através do reforço de intervenção dos órgãos de fiscalização da aplicação da legislação de trabalho e da segurança social, do aumento dos meios da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) e da acção coordenada dos vários serviços inspectivos;
- Tornar a justiça de trabalho mais célere e mais acessível, com a melhoria do funcionamento dos Tribunais do Trabalho.
- Subordinar os apoios públicos às empresas a regras estritas sobre o cumprimento da legislação de trabalho e da segurança social;
- Reforçar a posição dos trabalhadores e das suas estruturas representativas nas situações de Processo de Recuperação de Empresas por Vias Extrajudicial, de Processo Especial de Recuperação e de Insolvência.

### **Formação e qualificação profissional adequadas e competentes**

A desvalorização da formação profissional, com a função de encobrimento do

desemprego e a manipulação de números, a fim de enganar a opinião pública e os trabalhadores, tem sido foi a marca de acção de sucessivos governos, incluindo o actual minoritário do PS. Os candidatos da CDU propõem alterações no funcionamento da formação e qualificação profissional que visam:

- O incentivo à formação profissional dos jovens no sistema de ensino (público, privado e/ou cooperativo) com programas adequados à evolução técnica e científica que os processos produtivos de bens e serviços já experimentam e exigem cada vez mais e às reais necessidades ao desenvolvimento da nossa região.
- A requalificação dos recursos humanos em níveis compatíveis com a complexidade tecnológica e social do nosso tempo, garantindo a articulação do sistema de ensino e formação com o sistema científico e tecnológico regional de forma a promover uma formação avançada dos recursos humanos;
- O aumento e a qualificação, em meios técnicos e humanos, da resposta dos serviços públicos, em especial nas áreas da saúde, da educação, da segurança social, do emprego e formação, das finanças, da agricultura, da justiça e da segurança das populações, não permitindo que mais, nenhum serviço ou unidade seja, encerrado e reabrindo aqueles que, entretanto, foram encerrados em resultado das políticas de desinvestimento nestas áreas.
- A qualificação profissional, com medidas imperativas para a concretização do direito à formação contínua, enquanto instrumento fundamental para a valorização do trabalho e resposta aos problemas postos pela utilização maciça das novas tecnologias, defendendo os direitos dos trabalhadores.

## **Ambiente e qualidade de vida**

A região continua a apresentar enormes fragilidades e desequilíbrios ambientais. Persistem problemas nos recursos hídricos, situação especialmente grave no rio Tejo e afluentes. Há ainda muito por fazer no plano do abastecimento de água e tratamento de efluentes, pese embora o aumento significativo das tarifas, sobretudo nos concelhos onde existe participação privada, como são os casos de Fundão e Covilhã, este último, com a factura mais cara do distrito. Crescem as pressões para agregação de serviços de água em «baixa», com base numa política discriminatória de acesso aos fundos comunitários. Nos resíduos sólidos, a privatização da recolha, em algumas localidades, e a alienação, pelo governo anterior, da EGF, abrangendo no nosso distrito duas unidades, a Resiestrela e a Valnor, resultaram em agravamento de preços e degradação de serviços.

A realidade regional continua ainda marcada pela ausência de um plano de recuperação ambiental do Couto Mineiro. A perspectiva de explorações mineiras a céu aberto coloca legítimas e acrescidas preocupações em termos de protecção dos valores patrimoniais, ambientais e dos direitos das populações.

### **Neste quadro, a CDU continuará a bater-se:**

- Pela protecção dos ciclos naturais da água e das suas funções ecológicas, sociais e económicas e contra qualquer tentativa de privatização;
- Pela valorização do papel das autarquias na prestação dos serviços de águas e resíduos;
- Por mais apoios aos territórios que, por razões específicas, incorram em especial esforço económico para garantir os serviços de água, saneamento e resíduos, assegurando que o possam fazer em condição de sustentabilidade económica, financeira e social e acessibilidade económica para as populações;
- Pela remunicipalização dos serviços privatizados.
- Pela monitorização das questões ambientais, dos recursos naturais e do ordenamento do território no distrito;
- Pela propriedade e gestão pública dos recursos naturais;
- Pela aposta nas energias renováveis, quer para a utilização no sector produtivo, quer na utilização doméstica salvaguardando os recursos naturais e ambientais e promovendo a criação de emprego;
- Pela defesa e despoluição das bacias do Tejo, Zêzere, Ocreza e Ponsul;
- Pela adopção de critérios e objectivos para a conservação do património natural nas diferentes políticas (ordenamento do território e urbanismo, turismo, agricultura, transportes, entre outras);
- Pelo reforço dos meios humanos e financeiros dos Parques e reservas naturais (Parque Natural Serra da Estrela, Tejo Internacional, Reserva Natural da Serra da Malcata) e pela reversão da fusão do Instituto de Conservação da Natureza com a Direcção-Geral das Florestas;
- Pela recuperação ambiental do Couto Mineiro da Panasqueira e da zona envolvente;
- Pela protecção das áreas de RAN (Reserva Agrícola Nacional) e REN (Reserva Ecológica Nacional);
- Por uma região território livre de OGMs;
- Pelo conhecimento sobre os impactos dos herbicidas e tomar as consequentes medidas que sejam necessárias. Reduzir/eliminar a sua aplicação sensibilizando a população e entidades públicas para que não os utilizem.
- Pela erradicação do amianto nos edifícios públicos, prioritariamente nas escolas e também nas unidades industriais privadas que ainda o têm.
- Por uma rede eficiente de transportes colectivos, geridos por entidades públicas, apostando em especial no comboio e assegurando preços socialmente justos.
- Por uma verdadeira educação ambiental em todos os níveis e modalidades do processo educativo.

### **Serviços Públicos, Funções Sociais Do Estado**

Os serviços públicos essenciais, são conquistas de Abril que importa continuar a defender e valorizar. Com a derrota do governo PSD/CDS travou-se o caminho de destruição, mas a política de desinvestimento, subfinanciamento e

ataque aos serviços públicos está longe de ser derrotada, assim como a ameaça da privatização. Objectivo aliás, que está na mira dos que anseiam pela transferência de competências para as autarquias envolvendo funções sociais do Estado como a educação, a saúde, a acção social.

## **Educação**

A Escola Pública de qualidade, gratuita, inclusiva, democrática e para todos é o modelo mais avançado e moderno de organização do sistema educativo. Ao ensino privado deve reservar-se o carácter de supletividade. Este é o princípio defendido pela CDU para a formação dos cidadãos, desde a educação pré-escolar até ao ensino superior, a ser posto em prática num período máximo de 6 anos.

Percurso inverso tem sido infligido ao sistema educativo português nas últimas legislaturas. O PS inicia o agravamento das políticas e o governo PSD/CDS-PP foi aprofundando, o mais que pode a vertente neoliberal, construindo um modelo em que a Escola Pública será uma mera “fábrica” de transmissão de conhecimentos básicos, entregando ao privado, com várias cambiantes, a Educação de elevada qualidade que só alguns, os das classes da média e grande burguesia poderão usufruir, pondo em causa a própria CRP, a Lei de Bases do Sistema Educativo e procurando, assim, desmantelar a grandiosa conquista de Abril.

Neste plano, a CDU exige:

- Reordenamento da Rede Escolar do ensino básico e secundário, tendo em conta as especificidades do distrito, combatendo o encerramento de escolas, os mega agrupamentos e alargando a oferta da Rede Pública da Educação Pré-Escolar;
- Recuperação do parque escolar e a urgente retirada do amianto, adoptando os níveis de segurança adequados;
- Revogação do continuado processo de municipalização da educação, invertendo a perda de autonomia das escolas e a sua privatização;
- Assegurar a todas as crianças até aos três anos a garantia de creche gratuita, bem como o pré-escolar público a todas as crianças a partir dos 3 anos;
- Adequação, alargando, as vagas de quadro do pessoal dos jardins-de-infância e das escolas, de forma a cobrir as necessidades permanentes e eliminar a precariedade;
- Que sejam garantidos os necessários meios humanos e materiais para que a Escola Pública possa ser verdadeiramente inclusiva e para todos;
- O reforço da Acção Social Escolar em todos os níveis e graus de ensino e educação;
- Financiamento a 100% das viagens de estudo;
- A garantia da gratuidade dos manuais escolares na escolaridade obrigatória;
- Melhoria da rede de transportes escolares.



- A aposta na reorganização curricular durante a escolaridade obrigatória de forma a que se proporcione a formação integral dos jovens;
- Apoio à criação de cursos no ensino superior que funcionem em horário pós-laboral;
- Revogação da lei de financiamento do ensino superior de forma a elevar o financiamento público da UBI e IPCB, mantendo e reforçando a oferta formativa e promover o desenvolvimento da investigação e caminhando no sentido de abolição das propinas;
- Financiamento da criação de centros de investigação, articulando o saber científico e tecnológico com o tecido socioeconómico do distrito e da região.

## Saúde

Encarada pelo capital, como um dos mais rentáveis negócios, a saúde tem sido, nos últimos anos um dos principais alvos dos governos que diligentemente servem os interesses dos grandes grupos económicos. A nova Lei de Bases da Saúde, aprovada no final da legislatura, integra normas que resultam da proposta e da intervenção do PCP, das quais destacamos a integração dos cuidados; a valorização dos profissionais e um caminho a ser feito para a sua dedicação exclusiva, financiamento com base no Orçamento do Estado e a planificação plurianual de investimentos; criação dos sistemas locais de saúde; a isenção de taxas moderadoras nos cuidados de saúde primários e actos por si referenciados, formação superior e pós graduada dos profissionais de saúde. Os princípios consagrados na lei permitem uma revisão progressista da mesma, bem como o reforço do SNS, dos direitos dos utentes e dos profissionais.

No distrito, a situação deficitária dos meios humanos tanto no que respeita a trabalhadores operacionais e administrativos, onde se recorre aos trabalhadores CEI para desempenhar funções permanentes como também no que respeita a enfermeiros e médicos, com particular relevância nestes últimos com cerca de cinco mil utentes sem médico de família é o resultado de largos anos de subfinanciamento.

É essa também a situação das urgências nos Hospitais que recorrem muitas vezes ao trabalho temporário através da contratação de médicos à hora.

Questões como o congelamento das carreiras, o horário de trabalho, o não pagamento de horas extraordinárias, são outras das preocupações que têm necessariamente reflexos nas condições de trabalho.

A existência de extensões de saúde que apesar de se manterem abertas viram reduzidos os serviços prestados, registando-se cada vez mais casos de desmantelamento de serviços e de perda de valências ou falta de equipamentos, ao longo dos últimos anos como aconteceu nos SAP, nas cirurgias e serviço de urgência, unidades de internamento ou ainda os meios auxiliares de diagnóstico precários como o ECG e RX.

Também na resposta dos cuidados continuados e em particular numa região com altos níveis de envelhecimento urge o reforço da capacidade de resposta pública.

A par das medidas que a nível nacional, a CDU propõe em defesa e reforço do SNS universal, geral e gratuito, que entre outras passam pela revogação das

taxas moderadoras e garantia do médico de família para todos os utentes, importa dar continuidade ao trabalho que os deputados do PCP, eleitos nas listas da CDU, têm desenvolvido em prol do Distrito afirmando uma política que:

- Defenda e reforce o serviço nacional de saúde universal e gratuito (mais valências, meios e recursos técnicos e humanos, transportes de utentes não urgentes, fim das taxas moderadoras);
- Valorize profissionalmente os trabalhadores da saúde e respeite os seus direitos;
- Reforce as unidades de saúde de proximidade e a criação de novos serviços (Medicina Nuclear e outros).
- Ponha fim à prestação de cuidados através de trabalho temporário;
- Mantenha o Hospital do Fundão na esfera pública, impedindo a sua entrega à misericórdia.

### **Protecção social**

A segurança social é um direito de todos. A CDU apresenta soluções que concretizam e alargam os direitos de segurança social:

- Aumento e alargamento do abono de família, no caminho da sua universalidade.
- Alargamento dos critérios de acesso e prolongamento do período de atribuição do subsídio de desemprego;
- Reforço da protecção dos casais que se encontrem ambos numa situação de desemprego;
- Alargamento das condições de atribuição do subsídio social de desemprego atribuído no âmbito do regime não contributivo e criação do subsídio social de desemprego extraordinário;
- Reposição dos critérios e valores das prestações sociais por morte, assegurando o direito universal à pensão de sobrevivência para o cônjuge ou unido de facto sobrevivente e reposição dos valores do subsídio por morte.
- Alargar o tempo de licença obrigatória da trabalhadora de 6 para 9 semanas;
- Alargar os prazos de concessão e os montantes de subsídio para assistência a filho com deficiência, doença crónica ou prolongada, garantindo o seu pagamento a 100%.
- Repor os 65 anos como a idade legal de reforma;
- Valorização das pensões e reformas, de forma a assegurar a recuperação do poder de compra.
- Manter o regime de idade da reforma abaixo dos 65 anos por parte de trabalhadores de profissões de desgaste rápido e considerar o alargamento a novas profissões que o justifiquem;
- Garantir a possibilidade de acesso à reforma por velhice sem qualquer penalização e independentemente da idade da reforma para trabalhadores com carreiras contributivas de 40 e mais anos;

- Revogar o factor de sustentabilidade.
- Alterar as regras de cálculo de actualização anual das pensões procedendo ao aumento real das pensões e reformas dos sectores público e privado;
- Assegurar a defesa dos direitos das pessoas com deficiência e as condições necessárias a uma vida independente.
- Reforço da rede de equipamentos e serviços sociais dirigidos às crianças, idosos e população mais carenciada.

## **Justiça**

A menorização da função soberana da Justiça em que o governo PSD/CDS se empenhou, com a submissão aos interesses políticos e económicos, com um novo modelo que apagou comarcas, encerrou alguns tribunais e desqualificou outros, ainda se faz sentir. Para nós, uma nova política para a área da justiça deve ter como objectivos essenciais:

- A criação, em todos os concelhos, de um tribunal de competência genérica e o combate à vulgarização dos meios alternativos de resolução de litígios fora dos tribunais estatais, forma encapotada de privatização da justiça.
- A melhoria do funcionamento dos Tribunais do Trabalho, nomeadamente através da formação dos magistrados, a melhoria das instalações, a redução do tempo de duração dos processos e gratuidade do acesso pelos trabalhadores, tornando a justiça de trabalho mais célere e mais acessível.
- A preservação e defesa do poder judicial soberano face aos poderes político e económico, a par da garantia da autonomia do Ministério Público.
- A defesa de uma justiça igualitária, bem como um apoio judicial efectivo que é responsabilidade do Estado assegurar.
- O reforço das condições de independência dos juízes, na instrução e julgamento dos processos, com respeito pelo princípio da legalidade na acção penal e o reforço do papel e da acção desta magistratura, designadamente na área laboral.
- A alteração do iníquo regime das custas judiciais, tornando menos oneroso o acesso aos tribunais e garantindo um regime de gratuidade em matéria de justiça laboral.
- A dignificação das profissões jurídicas e das suas condições de trabalho, através de mais e melhores instalações para os tribunais portugueses, profissionais em número suficiente para reduzir a morosidade, e uma informatização adequada que não ponha em risco a indispensável segurança dos processos.

## **Cultura e Desporto**

Democratizar o acesso e fruição da cultura e do desporto significa, desde logo, investir. No que diz respeito à cultura, que conta actualmente com uns

vergonhosos 0,1% do PIB, é urgente que esse investimento se reforce, atingindo os 1%.

O distrito de Castelo Branco, infelizmente, espelha o que a penúria desse “investimento” representa.

A forma como o Governo e grande parte das Autarquias Locais governam esta área, embora com grau de responsabilização diferente, origina que tenha crescido a elitização e mercantilização dos produtos de qualidade, massificando, em contrapartida, soluções de menor qualidade. A recente legislação que prevê a municipalização da cultura potencia este caminho de retrocesso relativamente ao seu acesso e fruição por todos.

Também no que concerne ao desporto grassa a ausência de políticas que apostem no seu desenvolvimento e democratização, sendo o futebol a modalidade desportiva que absorve quase completamente os poucos recursos e vontades, existindo, todavia, outras que, pela continuada falta de apoio, têm dificuldade em se manter e projectar como seria desejável.

O movimento associativo, por sua vez, tem procurado concretizar realizações sem, contudo, ter apoios que lhes permita poder ir mais longe. Do conjunto das entidades envolvidas com o movimento associativo no distrito encontramos o Instituto Português do Desporto e Juventude IP, que se encontra inactivo e o INATEL, agora Fundação, apoiando de forma insípida, logo, sem promoção de dinâmicas próprias, as associações no Distrito.

É necessário mobilizar vontades e motivações para manter em funcionamento as Associações de base popular, de bairro e de freguesia, como meio de democratização da cultura e do desporto, ou seja, permitir que todos tenham acesso, independentemente da sua condição económica e das suas competências sociais, culturais ou psicomotoras à cultura e ao desporto.

Assim, a CDU propõe:

- Travar o processo de municipalização e empresarialização das políticas e dos serviços culturais, rejeitando a mercantilização e respeitando a diversidade cultural e artística potenciando o desígnio defendido de “cultura para todos”;
- Promover a criação de uma rede de difusão e oferta cultural coerente, democrática, diversificada, descentralizada, que envolva as populações do distrito e promova uma verdadeira emancipação do povo, das suas capacidades e liberdades;
- Acabar com a segregação que a falta de vivência cultural das populações trabalhadoras do Distrito são alvo, seja ela popular, tradicional, clássica ou institucional, terminando assim, com a lógica de primazia do desenvolvimento intelectual e cultural a elites e democratizando a cultura;
- Apoiar os homens e mulheres do teatro, da pintura, da música, das artes e das letras e as associações culturais, desportivas e recreativas no esforço de socialização e integração que realizam;
- Incentivar a leitura e a criação artística;
- Apoiar a criação artística juvenil e culturas emergentes;
- Expandir e reforçar o ensino artístico, a educação pela arte, a animação cultural, apoiando a rede de instituições populares e de associações

potenciando os valores da participação e identitários da cultura etnográfica e popular;

- Criar uma rede de equipamentos públicos que funcionem como pólos de actividade cultural;
- Combater a falta de acesso à Televisão Digital Terrestre, sobretudo nas áreas montanhosas, por parte de muitos cidadãos, que são empurrados para televisão paga com contractos de fidelização imorais.
- Exigir um serviço de internet (móvel e fixa) com velocidades adequadas à utilização de pessoas e empresas, sobretudo nas áreas de baixa densidade (montanhosas), onde para além de velocidades rudimentares os preços são discriminadamente mais elevados face aos grandes centros urbanos.

Devolver às Associações o IVA relativo à transmissão e locação de bens, à prestação de serviços bem como à aquisição de bens e serviços relacionados com actividades sociais e com a construção e conservação de imóveis.

## **Concretizar os direitos das mulheres, na lei e na vida**

Assegurando, entre outros:

- O direito ao trabalho com direitos;
- Cumprimento do princípio salário igual para trabalho igual;
- O direito da mulher ser mãe e trabalhadora respeitando a função social da maternidade e paternidade;
- A criação de condições económicas e sociais que permitam às famílias a liberdade de decidir o momento e o número de filhos que desejam;
- A prevenção, combate e erradicação da violência doméstica nas suas múltiplas formas.

Um dos objectivos principais da CDU, nesta matéria, será dar eficácia aos instrumentos de intervenção, acompanhamento, prevenção e erradicação das discriminações específicas que pesam sobre as mulheres e o fomento de uma verdadeira pedagogia da igualdade como valores intrínsecos de uma sociedade mais justa e de progresso social.

## **Futuro para A Juventude**

É crucial assegurar a fixação de jovens no distrito, o que exige, entre outras medidas:

- Políticas de promoção de emprego qualificado e com direitos, de infra-estruturas e equipamentos colectivos, de oferta cultural, desportiva e de defesa do ensino público;
- Combate ao trabalho precário;
- Defesa da produção nacional, concretamente na região, como factor de criação de postos de trabalho que permitam aos jovens ter acesso ao direito ao trabalho e ao trabalho com direitos, para se fixarem na região em condições de vida dignas.
- Igualdade de acesso e frequência do Ensino Superior;

- Assegurar uma oferta formativa diversificada, que tenha em conta as características da região e que seja capaz de articular os diferentes subsistemas de ensino, promovendo a coesão territorial.
- Reforço do apoio ao associativismo juvenil e a sua desburocratização.

## **Nota Final**

Os problemas da região resolvem-se com a superação dos problemas do país, com a ruptura com as políticas do passado e com uma política patriótica e de esquerda. Com a confiança de quem tem um percurso único de intervenção, denúncia e proposta, temos a convicção de que é possível avançar para construir uma região mais desenvolvida, coesa e solidária, uma vida melhor, a que temos direito! Está, pois, nas mãos de cada um e cada uma, com o seu apoio e o seu voto na CDU, reforçar esse caminho. Quanto mais força tiver a CDU, mais forte será a voz do povo do distrito e os seus interesses e direitos serão defendidos e valorizados.

## Medidas Urgentes Para O Distrito

- Fim das portagens na A23 e A25
- Conclusão da requalificação da linha da Beira Baixa e a sua potenciação
- Implementação do estatuto da agricultura familiar
- Criação do regadio a sul da Gardunha
- Adequação do regadio da Cova da Beira às necessidades actuais
- Aposta e investimento no ordenamento da floresta e nos meios de prevenção e combate a incêndios
- Criação de um regime de IVA de caixa para as micro, pequenas e médias empresas
- Diminuição do IVA para 6% na electricidade, gás natural e de botija
- Promoção de uma política industrial com objectivos estratégicos claros, meios disponíveis e um programa que entre outros procure a modernização das indústrias tradicionais assim como o aproveitamento e valorização dos recursos endógenos do solo e subsolo, salvaguardando a natureza e os aspectos sociais.
- Criar condições para efectivar denominação/denominações de origem que potenciem, valorizem e dinamizem a produção local nos diversos domínios
- Subida do salário mínimo nacional para os 850 euros
- Redução do horário de trabalho para as 35h para todos os trabalhadores.
- Aumento real das pensões e reformas
- Reforço do serviço nacional de saúde universal e gratuito (valências, meios e recursos técnicos e humanos, transportes de utentes não urgentes, fim das taxas moderadoras). Manter na esfera da gestão pública o Hospital do Fundão
- Implementação de um Programa de combate à precariedade e trabalho ilegal
- Reordenamento da Rede Escolar do ensino básico e secundário, tendo em conta as especificidades do distrito, combatendo o encerramento de escolas e os mega agrupamentos
- Criação de uma rede pública de creches e jardins-de-infância que garanta o acesso a todas as crianças
- Travar e inverter processos de municipalização na educação, saúde, cultura e protecção social
- Elevar o financiamento público da UBI e IPCB, mantendo e reforçando a oferta formativa e promover o desenvolvimento da investigação
- Reposição de acordo com a vontade das populações, das freguesias extintas e concretização da regionalização
- Garantir 1% do Orçamento do Estado para a cultura
- Recuperação e reabertura de serviços públicos encerrados
- Criação de uma rede pública de equipamentos e serviços públicos de apoio à 3ª idade, garantindo igualdade de acesso aos que têm menos rendimentos